



PRÁTICAS DISCURSIVAS EM MICHEL FOUCAULT: UMA RACIONALIDADE CONTEMPORANEA

Celeste Dias Amorim

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Milton Ferreira de Silva Júnior

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Luiz Artur dos Santos Cestari

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Celio Silva Meira

Universidade Católica do Salvador-UCSal

Resumo: Este artigo visualiza a necessidade de novas buscas teórico-metodológicas que seja possível pensar o “fazer ciência” de maneira a direcionar outros caminhos que distam do paradigma moderno. Neste sentido, apresenta a análise arqueológica de Michael Foucault com um método discursivo que traz reflexões centradas nas relações de poder, que se mostra de diferentes modos, estabelecendo o controle na sociedade disciplinar/panóptica. Tem-se aqui, o estudo de Foucault como um movimento contemporâneo que tende a promover a superação do paradigma sociocultural dominante que promoveu o controle e o poder nas práticas discursivas institucionais, bem como, a instrumentalização da ciência.

Palavras-chave: Controle. Discurso. Sujeito. Poder. Sociedade Disciplinar.

Considerações Iniciais

Contemporaneamente temos alguns movimentos que trazem uma perspectiva de rupturas do saber que tem como ideal uma única verdade, ou seja, visam à superação do paradigma sociocultural dominante, tal como nomeia Santos (2002, 2008, 2010).

Neste cenário surgem várias correntes filosóficas, como, entre outras, as tendências contemporâneas, a epistemologia francesa, o pragmatismo, o neo-escolástica, a fenomenologia, o existencialismo, a hermenêutica, o estruturalismo, o marxismo, a Escola de Frankfurt (teoria crítica), a ética do discurso (SEVERINO, 1992), como, também, surgem diferentes movimentos sociais. É esta paisagem que se apresentaram como indicativos de uma nova concepção do mundo,

do ser humano, da realidade, rompendo distinções e diferenças, numa tentativa de religar(fusão), de revalorizar e reaproximar atores e interlocutores, influenciando no contexto social, apontando possibilidades de mudanças, ao mesmo tempo em que surgiam outras racionalidades como resultado de uma nova configuração de subjetividade, isto é, a racionalidade global (razão), fragmentada naquele momento pela emergência de minirracionalidades¹ que circulam em múltiplos espaços² da sociedade e cada uma “constrói um senso comum específico”, ou seja, cada uma consiste, de forma epistemológica, em uma determinada unidade de prática social, instituições, dinâmicas de desenvolvimento, formas de poder e de direito (SANTOS, 2002, 2008, 2010).

Mediante o exposto, numa tentativa de superação da linearidade do paradigma sociocultural dominante, passar-se-á a apresentar um dos movimentos contemporâneos, o método arqueológico de Michel Foucault, o que, favorece este estudo, que objetiva visualizar novas buscas teórico-metodológicas que seja possível pensar o “fazer ciência” de maneira a direcionar novos caminhos que distam do paradigma moderno.

Sendo assim, como pressuposto metodológico elegeu-se a pesquisa bibliográfica, centrando a questão da racionalidade nas obras de Boaventura de Souza Santos como interlocutor para adentrar no movimento contemporâneo com foco nas práticas discursivas sob o ponto de vista de Michael Foucault, especialmente utilizando obras: *Microfísica do poder* (1997); *Historia da sexualidade* (1999); *História da loucura na idade clássica* (2000); *A arqueologia do saber* (2008) e *Vigiar e punir* (2011).

Método arqueológico: o discurso, a disciplina e as relações de poder

O ser humano é historicamente constituído e se insere no mundo por meio de palavras e atos. Neste caso, o discurso é que leva o sujeito revelar-se, a mostrar-se, a estabelecer relações entre sujeito/sujeito e sujeito/outros. Assim, conduz as diferenças e influencia reações que possibilita mudança.

¹ Movimentos de reivindicações particulares e identitárias dos sujeitos que ensejado por um discurso a favor da pluralidade e da diversidade cultural tem pretensões emancipatórias contemporâneas que leva cada vez mais longe do ideal moderno de racionalidade global do indivíduo e traz o resgate da razão emancipatória em tempos de crise (SANTOS, 2008, 2010).

² Para Santos (2002), os múltiplos espaços da sociedade em que circula o senso comum são o doméstico; a produção; o mercado; a comunidade; a cidadania e o mundial.

Neste sentido, Michael Foucault considera o ser humano um ser discursivo, constituído historicamente pelo/no uso da linguagem. Em que, os sujeitos e os objetos vão sendo construídos gradativamente pelo discurso na medida em que apreendem e incorporam aquilo que ele diz. Nessa perspectiva, ele traz a função da existência, como sendo a definição do enunciado:

O enunciado é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Ainda dialogando com Foucault, o enunciado tem uma existência própria, igualmente, não é nas frases ou nas proposições uma unidade ao lado (acima ou abaixo). “Não é proposição; Não é frase; Não é ato de fala” (FOUCAULT, 2008, p. 97). Para ele, o importante entre a relação do enunciado com a linguagem é a dimensão que a produz e não a direção a que remete. Como também, caracteriza o enunciado como “um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele [...]”, ao tem tempo em que, pode ser percebido como um acontecimento e em decorrência se estabelece por quatro características fundamentais, a saber:

- referencial - o enunciado não é uma estrutura única ou definida, mas uma função de existência pautada nos signos, como algo que podemos identificar e reconhecer na relação ente a frase o seu sentido, sem que esta seja superposta.

[...] se trata da relação do significante com o significado, e do nome com o que designa; da relação da frase com seu sentido; ou da relação da proposição com seu referente. Ora, acredito que se possa mostrar que a relação do enunciado com o que é enunciado não pode ser superposta a qualquer dessas relações. [...]

Trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece - as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. Não é preciso tampouco confundir a relação entre um enunciado e o que ele enuncia com a relação entre uma proposição e seu referente. [...]

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as

possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 100; 101; 103).

- posição de sujeito - define a posição do sujeito a partir daquilo que é dito, marcando a presença do “sujeito do enunciado” como:

[...] uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. [...]

Definiremos o sujeito de tal enunciado pelo conjunto desses requisitos e possibilidades; e não o descreveremos como indivíduo que tivesse, realmente, efetuado operações, que vivesse num tempo sem esquecimento nem ruptura, que tivesse interiorizado, no horizonte de sua consciência, todo um conjunto de proposições verdadeiras, e que delas retivesse, no presente vivo de seu pensamento, o reaparecimento virtual (nos indivíduos, isso não passa, quando muito, do aspecto psicológico e "vivido" de sua posição enquanto sujeitos enunciantes). [...]

Se uma proposição, uma frase, um Conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2008, p. 105; 107; 108).

- função enunciativa - o enunciado não existir separado, mas em correlação ou associação com outros, seja em num mesmo discurso ou em outros, ele se coloca no centro do domínio de memória ou campo associado.

[...] muitas proposições (não tautológicas) não podem ser verificadas a partir apenas de suas regras de construção, e que o recurso ao referente é necessário para decidir se elas são verdadeiras ou falsas: mas, verdadeira ou falsa, uma proposição permanece uma proposição, e não é o recurso ao referente que decide se ela é ou não uma proposição. O mesmo acontece com as frases: em muitos casos, elas só podem produzir seu sentido pela relação com o contexto. [...]

É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (elementos rituais em uma narração; proposições já admitidas em uma demonstração; frases convencionais em uma conversa). É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica (uma ordem não abre as mesmas possibilidades enunciativas que as proposições de uma axiomática ou o início de uma narração). [...]

[...] elas só podem existir e só são suscetíveis de análise na medida em que as frases tenham sido ‘enunciadas’ (FOUCAULT, 2008, p. 109; 111; 112).

- existência material – o enunciado necessita de uma materialidade

[...] uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As coordenadas e o *status* material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos. [...]

[...] necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes *possibilidades de reinscrição e de transcrição* (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis. A identidade de um enunciado está submetida a um segundo conjunto de condições e de limites: os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar (FOUCAULT, 2008, p. 113; 116, grifo do autor).

Dessa forma, Michel Foucault apresenta uma nova reflexão ao que foi dito, no momento em que traz para uma realidade discursiva. Neste caso, o discurso, que para ele a palavra se apresentada de forma “flutuante”, ele acrescentada ainda mais sentidos “ora domínio geral de todos os enunciados, ora grupo individualizável de enunciados, ora prática regulamentada dando conta de certo número de enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 90). No entanto, esta “flutuação” que se reporta é indicada uma fixação no enunciado, assim, compreende o discurso como:

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde

emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Neste sentido, Foucault (2008) propõe romper com a linearidade que sempre permeou a História das ideias, como também, propõe deixar suspenso algumas categorias, tais como: “autor”, “obra”, “origem”, “influência”, “tradição”. Dessa forma, as análises devem centrar-se na relação entre os diferentes enunciados, procurando, assim, delimitar não a origem do conceito ou a influência que o objeto exerce sobre o outro, mas as possibilidades que levem a emergência do discurso.

Para Foucault (2008, p. 224) o discurso é essencialmente histórico e “constituído de acontecimentos reais e sucessivos, e que não se pode analisá-lo fora do tempo em que se desenvolveu”, bem como, indica que há diferenças no interior de uma mesma prática discursiva, como se os sujeitos “falassem de objetos diferentes, tivessem opiniões opostas, fizessem escolhas contraditórias”, deste modo, o autor apontava para uma existência de diferentes práticas discursivas que se distinguem umas das outras, sendo por este modo, que o sujeito podia ocupar suas posições e funções na diversidade dos discursos. Portanto, Foucault se recusava a estabelecer um modelo uniforme para descrever as práticas discursivas. Sua intenção era “mostrar como se formaram uma prática discursiva e um saber revolucionário que estão envolvidos em comportamentos e estratégias, que dão lugar a uma teoria da sociedade e que operam a interferência e a mútua transformação de uns e outros”, ao em que para ele, “um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso”(FOUCAULT, 2008, p. 218).

Permeado pelo entendimento de que o saber seja constituído pelo conjunto de elementos que decorre de uma prática discursiva, e que estes, sejam imprescindíveis à composição de uma ciência, Foucault (2008) propõe uma arqueologia que seja orientada por uma *episteme* e que, para sua constituição é necessário livrar-se dos modelos que por muito tempo impôs sua imagem. Nas palavras de Foucault,

É preciso, portanto, para constituir uma história arqueológica do discurso, livrarmo-nos de dois modelos que, por muito tempo sem dúvida, impuseram sua imagem: o modelo linear de ato da fala (e pelo menos uma parte da escrita) em que todos os acontecimentos se sucedem, com exceção do efeito de coincidência e de superposição. [...] as formações discursivas não têm o mesmo modelo de historicidade que o curso da consciência ou a linearidade da linguagem. O discurso, pelo menos tal como é analisado pela arqueologia (FOUCAULT, 2008, p. 190-191).

Neste sentido, Foucault propõe a Arqueologia do Saber, em que, o saber seja:

[...] aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Por meio deste método discursivo Michel Foucault descreve o domínio do saber pela ciência. Deste modo, a Arqueologia do Saber irá se ocupar em entender como o “saber em sua relação como as figuras epistemológicas e as ciências, pode, do mesmo modo, interrogar o saber em uma direção diferente e descrevê-lo em outro feixe de relações”(FOUCAULT, 2008, p. 218). Esclarecendo que, Foucault não faz uma análise dos indivíduos, ele, a partir das relações de saber/poder e poder/saber, analisa a emergência das posições de sujeitos. Ao tempo em que aponta a importância da consciência que o sujeito pertença a um grupo ou a mais grupos.

Neste sentido, visualizando o sujeito num grupo institucional, Foucault (2011) diz que o discurso constituído na institucionalização pode apresentar-se de duas formas, o primeiro, um discurso interno dos sujeitos institucionalizados e seus enquadramentos impostos antecipadamente por uma autoridade (hierarquia), já o segundo, é representado pelo discurso externo, o qual procura atender a comunidade, evidenciando a função social.

Entretanto Foucault (2011), alerta para o discurso que emerge das instituições, pois para atender a nova ordem capitalista, ele passa a induzir/reproduzir um discurso que produza indivíduos dóceis e ajustados às normas e aos valores sociais dominantes, ou seja, que normaliza os indivíduos e determine um padrão de vida das populações. Neste sentido, a disciplina para

Foucault (2011, p. 121; 149) se apresenta como um “lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”, o que pressupõe nas instituições um estabelecimento de homogeneidade, e também, como “uma maneira específica de punir” e de estabelecer relações, como mandante-mandatário, opressor-oprimido, persuasivo-persuadido, orador-ouvinte, sendo estas relações mais fáceis de serem observadas por meio da disciplina, as quais intencionam regular a vida dos indivíduos, controlando suas ações, moldando-os por meio de aperfeiçoamentos gradativos e contínuos para que sejam úteis ao sistema econômico ou político (FOUCAULT, 1997).

Este contexto é para Foucault (1997) apresentado como uma **práticas ou relação de poder. Para ele, o poder é algo que se efetua, que se exerce isolado ou em rede**, que circula, que vigia, que controla, que hierarquiza, que individualiza, que se localiza aqui ou ali. Em que cada indivíduo exerce ou sofre a ação do poder. Assim, ele está diluído e pode ser exercido por indivíduos ou grupos sociais como famílias, instituições governamentais, religiosas e educativas, empresas, por cientistas, em comunidade, em práticas sociais, enfim, são disseminadas em diferentes situações, níveis e espaços.

No fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1997, p. 179).

O poder, assim, é apresentando como um poder disciplinar

[...] que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar ‘disciplinas’. Muitos processos disciplinares existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. [...]

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo

de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os comprarmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado (FOUCAULT, 2011, p. 133; 164).

A este poder disciplinar/panóptico³ que surgiu na sociedade moderna e estabeleceu a sociedade disciplinar Foucault (1997) vem a inferir como um dispositivo sobre a vigilância, invisibilidade e instrumentalizaçãodamicro ou macropoderes⁴.

Segundo Foucault (1997) os micropoderes estão diluídos nas relações em toda sociedade moderna (sociedade panóptica ou disciplinar) e são exercidos por meio de uma rede, que são autonomamente em relação ao macro. Esta, sociedade panóptica encontra-se submetida a uma vigilância constante, onde todos vigiam todos (vigilância/adestramento), construindo um modelo de sociedade, permeadas por “instituições de sequestro”⁵ (escolas, universidades, prisões, hospitais, quartéis entre outras), o que fortalece os fluidos da rede de micropoderes, em que o poder nesta sociedade é um meio de disciplina, de dominação e de controle, mas que geram saberes, os quais, interveem e controla a vida das pessoas, que por consequente geram novos poderes.

[...] daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontinua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar

³ O Panóptico é uma prisão cuja arquitetura é da seguinte forma: ao redor de uma torre cheia de janelas é construído um conjunto de celas em forma de anel que terão as janelas da torre direcionadas para a parte interna desse anel. Cada cela terá duas janelas, uma na parte externa e outra na parte interna do anel, que será correspondente às janelas da torre. Isso será necessário para que a luz que atravessa a cela chegue até a torre e então é só colocar um vigia na torre central que ele terá uma visão privilegiada do sujeito que está sendo vigiado (FOUCAULT, 2011. p. 190).

⁴ Segundo Rolnik (2011, p. 59-60) o micro ou macro: “não tem nada a ver com o ‘grande’ (a sociedade, o Estado...o todo) e ‘pequeno’ (o individual, o intraindividual, o grupal...a parte, a unidade). Não se trata de uma diferença de grau, mas de natureza. Não se trata de uma diferença de tamanho, escala ou dimensão, mas de duas espécies radicalmente diferente de lógica. ‘Macro’ é a política do plano concluído pela terceira linha, do plano dos territórios: mapa. [...] Mapa só cobre o visível. Aliás, de todo o processo de produção de desejo, só nesse plano há visibilidade: é o único captável a olho nu. Também só nesse plano é que individuação forma unidades e a multiplicidade, totalizações. Como havíamos dito, a segmentação operada por essa linha vai recortando sujeitos, definidos por oposições binárias do tipo homem/mulher, buguês/proletário, jovem/velho, branco/negro etc. [...] Micro é a política do plano gerado na primeira linha: cartografia. O princípio da individuação, neste caso, é inteiramente outro: não há unidades. Há apenas intensidades, com sua longitude e sua latitude; lista de afetos não subjetivados, determinados pelos agenciamentos que o corpo faz, e, portanto, inseparáveis de suas relações com o mundo.”

⁵ Segundo Veiga-Neto (2003, p. 91) são “instituições capazes de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submetê-los a variadas tecnologias de poder”.

inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustenta uma relação de poder independente daquele que o exerce. [...]

[...] o Panóptico pode ser utilizado como uma máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 191; 193)

Assim, na sociedade panóptica o poder disciplinar organiza os espaços físico para separar, dividir e assim melhor controlar (FOUCAULT, 2011). Para Foucault (1999, p. 89), “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provem de todos os lugares”.

No disciplinamento do sujeito surge outro tipo/terminologia de poder, o qual Foucault denominou de biopoder:

[...] o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2000, p. 3).

Assim, Foucault (2000) amplia o espaço do poder, restrito, centrado no sujeito, voltado às populações, em que as práticas dos estudos modernos e sua regulação a que eles estão sujeitos por meio de explosão de técnicas, numerosa e diversas, para obter a subjetivação dos corpos e o controle das populações, que se encarrega da preservação da vida, voltando assim, para a eliminação de tudo que ameaça a preservação e o bem-estar da população.

Considerações finais

A arqueologia em Foucault se refere aos modos verticais de averiguação dos discursos descontínuos, que proporcionam o entendimento, primeiro de como, em segundo por quê ele surge. Neste caso, para localizar os discursos e, especificamente os trechos esquecidos ou ínfimos, o todo não deve ser considerado como um modelo.

Neste sentido, este texto traz a análise arqueológica de Michael Foucault com um método discursivo que centra nas reflexões instituídas nas relações de poder, que se apresentam de

diferentes modos, estabelecendo o controle na sociedade disciplinar/panóptica. Tem se aqui, este o estudo de Foucault como um movimento contemporâneo que tende a promover a superação do paradigma sociocultural dominante que promoveu o controle e o poder nas práticas discursivas institucionais, bem como, a instrumentalização da ciência. Um método de análise que possibilita enxergar a visão reducionista e mecanicista da sociedade historicamente constituída.

Quanto as prática discursiva para Foucault (2008, p. 203; 205) uma análise de positivities pode mostrar que elas formam “grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas”, ao tempo, em que, “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Lembrando que para Foucault o saber pode ser uma forma de poder. E na invisibilidade do discurso apontada por ele, as práticas discursivas podem funcionar como dispositivo para o estabelecimento das “instituições de sequestro” ou como alerta contra tais práticas de dominação e controle. Por isso, compreende-se aqui a preocupação do autor em não estabelecer um modelo uniforme para descrição das práticas discursivas e sim, se preocupar com os seguintes questionamentos: como é que ela se forma? O que está envolvido neste processo de formação? Quais os comportamentos e estratégias envolvidos? Como ocorre asposições dos sujeitos?

Assim, uma ciência que se respalde não no modelo LINEAR, que por muito tempo foi nos imposto, necessita de um saber que se distancie deste modelo. E neste aspecto as práticas discursivas tem um papel fundamental, pois segundo Foucault é no conjunto de elementosque decorre de uma prática discursivaque o saber é constituído.

Referências

- DELEUZE, G. Post-scripitum: sociedades do controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. Tradução Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226. (Coleção Trans).
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Robert Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 6. ed. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Ed. da UFRGS, 2011.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. v. 1.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 4.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.